



Serviço Militar Obrigatório e/ou Profissionalização do Exército

Davis Ribeiro de Sena*

O artigo apresenta uma síntese histórica da evolução da estrutura organizacional, de pessoal e de material bélico do Exército, tendo por meta a sua profissionalização, e aprecia a problemática da adoção do serviço militar obrigatório nesse contexto.

A ESTRUTURA MILITAR

Há quem diga que o *Termo* promulgado pela Câmara de São Vicente, em 9 de setembro de 1542, foi o fato gerador da primeira tropa reunida no lado de cá do oceano, ao obrigar os reinóis e índios a atenderem à convocação às armas, quando necessário. Seria o mesmo Serviço Militar Obrigatório que consagraria Olavo Bilac, 4 séculos depois?

A preocupação das autoridades das capitanias com a defesa da terra recentemente descoberta e alvo fácil da cobiça internacional

continuou através do *Regulamento* de 17 de dezembro de 1548, estabelecendo que todo colono proprietário deveria possuir uma arma de fogo, pólvora e chumbo, e que os senhores de engenho manteriam estocados 20 lanças, 40 espadas e gibões alcochoados, além de "pólvora para acionar 2 falcões, 6 berços, 6 meio-berços e 20 arcabuzes". Sem dúvida, o *Termo* e o *Regulamento* foram as pioneiras decisões de caráter militar organizando a incipiente sociedade local, visando a assegurar a própria sobrevivência.

Segundo J. Washt Rodrigues, a primeira tropa regular (600 voluntários) aportou na Bahia em 1549, juntamente com o Governador-Geral, Tomé de Souza, e foi empregada, sob o comando dos Sás, na expulsão dos franceses do Rio de Janeiro. Apenas no século XVII foram formadas tropas

* Coronel da Reserva do Exército, sócio efetivo do IGHMB.

recrutadas no próprio território da América Portuguesa, surgindo, assim, os *Terços* de brancos, pretos e índios, organizados separadamente.

O *Terço* era a unidade tática básica de Infantaria. Ela sucedera a *hoste* medieval, sucessora da legião romana, como esta sucedera à *falange* greco-romana. Possuía dez companhias de cem homens cada uma, comandadas por capitães, sendo chefiado por um mestre-de-campo, auxiliado por um sargento-mor e por um ajudante.

Além dos *Terços* existiam as *Ordenanças*, tropas de Cavalaria, onde todos os oficiais, inclusive os subalternos, portavam bastões de comando.

Em 1629, quando Matias de Albuquerque chegou ao Recife, encontrou, para defender a capitania ameaçada pelos holandeses, somente 130 homens. Foram organizadas, então, as célebres "Companhias de Assalto", de atuação decisiva nas exitosas ações de guerrilhas desencadeadas contra o invasor. Nessas operações se destacaram chefes como Henrique Dias, Cristóvão Lins de Vasconcelos, Antônio Felipe Camarão, Martim Soares Moreno, André Vidal de Negreiros, Jerônimo Serrão de Paiva, João Fernandes Vieira, Nicolau Aranha Pacheco e Antônio Dias Cardoso,¹ que guiaram os insurgentes durante a gloriosa jornada desenvolvida em todo o Nordeste. Ultrapassando epidemias, fome, incipiente organização, acentuada carência em armamento, víveres e munição, derrotas em combates frontais, mas animados pela fé irredutível na causa justa,

os patriotas, com a participação ostensiva do elemento feminino, armavam emboscadas, ofereciam pequenos combates e destruíam instalações logísticas, aquartelamentos e embarcações, limitando o raio de ação da tropa inimiga ao perímetro urbano das vilas e povoados e à Ilha de Itamaracá.

Por todo o século XVII, apenas em Pernambuco existia uma organização verdadeiramente castrense² de conotação nitidamente brasileira, em consequência da terrível luta desenvolvida naquela região. No início do século XVIII, alguns *Terços*, já denominados *Regimentos*, foram transferidos para Minas Gerais, para onde se deslocara o pólo de desenvolvimento da Colônia, em face da exploração aurífera e, por fim, fizeram a campanha da Colônia do Sacramento, no Rio da Prata.

Isso posto, talvez se possa dizer, com mais propriedade, que o Exército Brasileiro emergiu na ocasião em que os nativos, por sua iniciativa, mobilizaram frações combatentes a fim de expulsar o invasor holandês, na epopéia dos Guararapes. Ali se mesclaram etnias, bravura, garra, solidariedade, liderança e altivez, forjando o amor à terra natal.

O conceito de cidadão-soldado nasceu com a República, em 1889. A queda do Império trouxe, em seu bojo, a noção de que o soldado era o "povo armado". O Marechal Deodoro da Fonseca proclamou que as instituições republicanas foram estabelecidas e seriam mantidas pelo "cidadão fardado". Sem dúvida, esse patriotismo extremado, patenteado com o novo regime, considerado,

1 Este último, oficial de carreira, sargento-mor, pertencente à Cavalaria.

2 Tropa regularmente paga e fardada.

pelos seus sinceros idealistas, como a solução definitiva para todas as dificuldades existentes no País, foi o embrião do serviço militar obrigatório, que propiciou a identificação do Exército com a sociedade brasileira, ao receber, em suas fileiras, sem preconceitos de qualquer espécie, jovens oriundos de todas as regiões geográficas do território nacional, representando as diferentes camadas sociais.

A primeira lei que tratou do serviço militar obrigatório data de 1874, logo após a Guerra do Paraguai (1864-1870) e nos estertores da Monarquia, mas não chegou a ser posta em execução. A seguir, a primeira constituição republicana (1891), através de seu artigo 86, determinou que "todo brasileiro é obrigado a prestar o serviço militar". Mas a lei que regulamentou a sua aplicação, implantando o sistema de "sorteio" para selecionar os contingentes a incorporar, foi aprovada pelo Congresso Nacional somente em 1908.

Temendo a infiltração do proselitismo político no Exército, os chefes militares agiram sem tardança em defesa de sua coesão e na manutenção da sua destinação constitucional, como Instituição permanente e partidária, ao mesmo tempo em que, por intermédio da instrução militar, desenvolvia o espírito nacional da juventude brasileira, ministrando-lhe noções básicas de patriotismo, de educação moral e cívica, de disciplina e, mesmo, de fundamentos do currículo primário (Escolas Regimentais). Era essencial que a Força Terrestre fosse mantida afastada das disputas partidárias, inflamadas com o advento da República, enquanto, por outro

lado, participava ativamente da evolução da sociedade brasileira.

A dicotomia existente, no Império, entre conservadores e liberais, com reflexos negativos no Exército; a cruenta Campanha de Canudos (1897), no alvorecer da República, na qual um bando de combatentes religiosos, sem formação militar de qualquer espécie, resistiu estoicamente a várias expedições e só a um preço elevadíssimo em recursos humanos, financeiros e em material, foram submetidos; e as grandes manobras de 1905, na região de Santa Cruz (RJ), deixaram claro que o sistema de recrutamento até então empregado — voluntariado constituído, em sua maioria, de desempregados, de aventureiros, de contraventores, de doentes e de elementos convocados à força — comprovava que o Exército não dispunha de um universo razoável em que alicerçasse sua pirâmide organizacional. Urgia agir com presteza.

A disciplina era mantida literalmente a duras penas, através de rigoroso regulamento,³ que prescrevia severos castigos, inclusive físicos, para transgressões menores. Apesar desse fato, indisciplina coletiva, motins e tumultos se repetiam periodicamente nos quartéis, e a solução era controlá-los através de punições disciplinares de dosagem elevada.

Para que se tenha uma idéia de como funcionava a estrutura da Força Terrestre no início deste século, basta citar que a instrução era ministrada por Organização Militar (OM), isto é, não haveria programação centralizada, hoje representada pelos nossos conhecidos PP (Programas-Padrão de Ins-

3 Reformulado em 1899.

trução), regulamentos e os diversos manuais técnico e de campanha. A responsabilidade era exclusiva do Comandante, com limitados controle e coordenação do escalão superior.

O Estado-Maior do Exército iniciava as suas atividades, criado que fora em 1896, e enfrentava problemas de vulto, tais como:

- dificuldade de mobilização, pois sendo um Exército profissionalizado, inexistiam condições de expansão do seu efetivo, em caso de necessidade. Vejam bem, não havia Reserva;

- verbas orçamentárias diretamente distribuídas às OM, segundo o seu efetivo estabelecido em lei, caracterizando uma excessiva autonomia administrativa;

- não havia uma data definitiva para a incorporação do contingente. O voluntariado era aceito ao longo do ano civil, recebendo formação militar deficiente. Não existindo turmas homogêneas, torna-se difícil deduzir como era orientado o seu aprendizado;

- a instrução não era faseada progressivamente. Não existiam os atuais Períodos de Adestramento Básico e Avançado, que são a resultante da modernização dos antigos Períodos de Adaptação, de Formação e de Aplicação, surgidos com a 1ª edição dos PP, em 1915, aperfeiçoados, posteriormente, com o assessoramento da Missão Militar Francesa (1920-1938).

Formação dos quadros, instalações, estado sanitário, instrução, soldo, alimentação, uniformes, equipamento, armamento, munição, tudo era precário em nosso nóvel Exército, que necessitava urgentemente

de medidas corajosas e eficazes que permitissem a sua modernização. Era necessário começar pela base da pirâmide: a tropa.

O PESSOAL

Findas as hostilidades da prolongada e cruenta campanha da Tríplice Aliança, o Exército Brasileiro regressava glorioso e exausto à Pátria. Foram superiores a 100 mil as baixas sofridas no maior conflito jamais travado na América do Sul e os nossos combatentes veteranos, por vezes perplexos, retornavam à vida civil desamparados e sem condições sociais para a sobrevivência.

O Exército profissionalizado não podia absorver o elevado efetivo herdado da guerra e empreendia as atividades de desmobilização aceleradamente, estimulado, por um lado, pela desconfiança do Imperador, que temia uma intervenção armada, visando à sua queda e, por outro, pela precária situação financeira que o Império atravessava.

A soldadesca dispensada, composta em grande parte por negros alforriados, não tinha condições — nem intenções — de retornar às plantações e aos engenhos, refugiando-se nos morros existentes nas cercanias da capital imperial, fugindo ao sistema escravocrata vigente. Estava caracterizado o início do êxodo rural brasileiro e fundadas as primeiras favelas no País.

Por todo o 2º Reinado, a administração do Exército estivera, na maioria das vezes, em mãos de políticos civis⁴ que, embora

4. 37 ministros civis e 26 militares, a maioria doutores, entre 1840 e 1889.

fossem personalidades de reconhecida dignidade, estavam distanciados do aperfeiçoamento técnico-profissional que a instituição reclamava e eram representantes de uma filosofia que preconizava a redução drástica do orçamento destinado ao Exército e dos efetivos a ele pertinentes.⁵ Ademais, estando o Exército preterido por uma milícia paramilitar — a Guarda Nacional, subordinada ao Ministério da Justiça —, inclusive na captação de recursos humanos, restava-lhe recrutar o pessoal (oficiais e praças) na faixa menos favorecida da população, fato que, somado aos fatores acima apontados, quase lhe valeu a perda de sua característica de força terrestre nacional, ameaçando-lhe, inclusive, a coesão e a disciplina.

A Constituição do Império previa, em seu Artigo 145, que “todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a independência e a integridade do Império, e defendê-lo de seus inimigos externos e internos”. A esse respeito, Handelman esclarece: “Segundo a Lei de 8 de outubro de 1831, são obrigados a entrar para a milícia (Guarda Nacional) todos os cidadãos entre 18 a 60 anos, que possuam renda de 200 mil réis, nas grandes cidades marítimas (Rio, Bahia, Pernambuco e Maranhão) e 100 mil réis nos outros lugares do Império. Os oficiais subalternos, até capitão, são eleitos pelas praças; o comandante do batalhão (tenente-coronel) e o seu major-assistente são eleitos pelos oficiais, ao passo que é reservado ao governo central nomear os comandantes das legiões (coronel) e seus majores-assistentes.”

À Guarda Nacional cabia “defender a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império; manter a obediência às leis, conservar e restabelecer a ordem e a tranquilidade públicas e auxiliar o Exército de linha na defesa das fronteiras e costas”.

Tão ampla missão confinava o Exército nas remotas fronteiras e guarnições do litoral, voltado exclusivamente para a defesa externa e distante dos centros de decisões políticas, o que resultava conflitos pessoais e ressentimentos de classe entre as duas organizações. Desprestigiado, embora vitorioso, “o Exército era visto como organização sem função específica, ou como instituição dispensável”, debatendo-se em ambiente desfavorável e valendo-se das formas bruscas para o recrutamento militar, da aplicação de castigo físico como norma disciplinar e do tempo demasiadamente longo na prestação do serviço militar, sofrendo, ainda, as consequências financeiras do atraso sistemático no pagamento do parco soldo.

Já existia o *Almanaque de Oficiais do Exército*, denominado *Livro Mestre* e eram quatro as modalidades de promoção: antiguidade, merecimento, escolha (apenas para os postos de oficiais-generais) e bravura (os oficiais-generais não concorriam), sendo obedecido, como hoje, o critério de interstício mínimo de permanência nos diferentes postos.

Nos tempos coloniais, não havia um Exército nacional, homogêneo, com unidade de comando, como o entendemos nos dias atuais. Ao contrário, as forças terrestres eram locais, quase privadas, com atribuições poli-

5 Inferior a 13.000 homens, ao ser proclamada a República.

ciais e sob o controle pessoal do Comandante das Armas das capitânicas, que acumulava esse cargo com a chefia do poder público da área. A primeira tropa organizada aqui com certas características de força nacional foi o Exército do Sul, que expedicionou às terras do Continente do Rio Grande, em fins do século XVIII, aproveitando, inclusive, quadros oriundos da Insurreição Pernambucana, geratriz do amor pátrio brasileiro. Foi seu comandante o General Böhm, discípulo e conterrâneo do Conde de Lippe, que, mercê de sua eficiente ação, deu início à admiração por parte de significativo segmento de oficiais brasileiros, pelo militarismo germânico.

A formação profissional dos oficiais era feita em Portugal, para os portugueses e raríssimos brasileiros, sendo que os últimos não tinham acesso aos postos mais elevados da hierarquia militar,⁶ particularmente no último quartel do século XVIII, momento em que se acentuou o temor da Metrópole pela independência da Colônia. Desde esse tempo e mesmo durante o regime imperial, as promoções, até o posto de major, eram realizadas mediante concurso e os candidatos ao primeiro posto, recrutados entre os sargentos e cadetes de bom comportamento.

Na reorganização das forças de terra empreendida em 9 de maio de 1831, logo após a abdicação, aparecia, pela primeira vez, a palavra "estado-maior" (de 1ª e 2ª classes), para designar o quadro de oficiais, de 2º tenente a coronel, mandados servir nos comandos de "praças" e de arsenais e no Ministério da Guerra, além do estado-maior general, composto pelos oficiais-generais.

Utilizando essa incipiente organização de cúpula, foi que entramos na Guerra do Paraguai, pois foram mínimas as mudanças até a sua eclosão. A seu turno, a República, ao iniciar seus primeiros passos, teria que superar agitações de vulto, em parte causadas pela frase explícita no Artigo 176 da Constituição de 1891 — "obediência dentro dos limites da lei" — que transferia a todo cidadão, em última análise, a interpretação e o julgamento dos atos dos governantes.

**"A primeira tropa organizada
no Brasil com certas
características de força nacional
foi o 'Exército do Sul', em fins
do século XVIII."**

O ano de 1906 foi profícuo para o Exército: o Deputado federal Alcindo Guanabara apresentou projeto de lei estabelecendo o serviço militar obrigatório, enquanto o Congresso Nacional aprovou a *Lei da Confederação do Tiro Brasileiro*, criando as *Linhas de Tiro*. Dois anos após, a Câmara dos Deputados transformou em lei o projeto do serviço militar obrigatório, iniciou-se o programa interno de Educação Física e, no Distrito Federal, reuniram-se 10 *Clubes de Tiro* e formaram um *Corpo de Atiradores*, constituindo, assim, a primeira *Reserva organizada do Exército Brasileiro*. Finalmente, o Marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra, colhia os frutos dos seus ingentes esforços, no sentido de tornar a Força Terrestre mais operativa.

⁶ Tenente-coronel e coronel.

Os *Clubes de Tiro* exercitavam-se aos domingos e os atiradores indenizavam os cartuchos consumidos e adquiriam os próprios uniformes. Era uma seleção elitista, duramente criticada por alguns líderes políticos de peso, mas contava com o apoio resolutivo da nascente classe média e, embora de maneira ainda claudicante, significava um avanço expressivo na busca da solução do problema da mobilização.

“Em 10 de dezembro de 1916 foi efetuado, solenemente, o primeiro sorteio de todos os brasileiros de 21 anos de idade, iniciando o Serviço Militar Obrigatório.”

A Força Terrestre atravessava período crítico de transição, enfrentando problemas graves, como a insatisfação generalizada, particularmente entre as praças graduadas, várias delas punidas rigorosamente com expulsões ou transferências para guarnições remotas do território nacional, a bem da disciplina. No governo do Presidente Wenceslau Brás (1914-1918), o Exército retomou a trilha aberta pelo Marechal Hermes, conduzido pelo seu comandante da época, o emérito Marechal José Caetano de Faria (1855-1920), Ministro da Guerra durante todo o período, que, entre outras decisões de envergadura, teve o descortino de determinar uma única data para a apresentação dos novos recrutas e proibir o reengajamento de ex-praças, determinando que o reservista só retornaria à ativa por ocasião de convocação geral, em casos de crise aguda.

A questão diplomática do território do Acre (1903-1904), as penosas operações no

Contestado (1912-1916), o apoio da Liga de Defesa Nacional (fundada em 1916), o reconhecimento, pelo Brasil, do estado de guerra contra a Alemanha (outubro de 1917) e, principalmente, a ativa campanha cívica, abrangendo todo o território nacional, chefiada patrioticamente pelo poeta Olavo Bilac, em 1915 e 1916, contribuíram decisivamente para a participação de toda a sociedade no serviço nacional obrigatório, que utilizaria o instrumento do sorteio, acima dos interesses de classe ou de partidos, e acelerando o processo do necessário aumento dos efetivos militares.

Em 10 de dezembro de 1916 foi efetuado, solenemente, pelo Marechal Caetano de Faria, na presença do Presidente Wenceslau, o primeiro sorteio de todos os brasileiros de 21 anos de idade, iniciando o serviço militar obrigatório, por 1 ano civil. O Exército se ressentia, na realidade, de condições financeiras, de instalações adequadas e de pessoal qualificado para instruir as classes apresentadas anualmente, mas a “linha de partida” fora ultrapassada e a progressão sobre o objetivo principal iniciada com firmeza, apesar das incompreensões de críticos insensatos que nomeavam a medida de “cesarismo”.

A adoção da Carteira de Reservista e a regulamentação da promoção de sargentos ao oficialato, constituindo um quadro paralelo, administrativo, foram outras iniciativas de profundidade do Marechal Caetano de Faria. Ao conceder o benefício do ingresso no oficialato a todas as praças graduadas, sem favorecimentos, atendendo aos critérios da idade e do tempo de serviço, além do disciplinar, o então Ministro da Guerra criou a principal motivação que norteia esses prestimosos auxiliares em suas carreiras profissionais, até os nossos dias.

Evidentemente, alguns equívocos e imperfeições comprometiam a aplicação correta do sistema do serviço militar obrigatório, como, por exemplo, a dispensa dos jovens que participassem, voluntariamente, das manobras anuais do Exército e daqueles que frequentassem um estabelecimento de ensino que oferecesse certo treinamento militar. Ademais, os atiradores dos Tiros de Guerra também eram dispensados do sorteio e considerados reservistas, ocasionando o desproporcional aumento de seus efetivos, em detrimento da incorporação na tropa e tornando lícito concluir que era reduzida a contribuição da classe média, e quase nula a da classe alta, no número dos conscritos apresentados anualmente.

Por sua vez, a deficiência dos registros de nascimentos e de óbitos e a evasão pura e simples do elemento sorteado representavam outros problemas a serem superados, o que foi conseguido, em parte, com a exigência da apresentação da Carteira de Reservista para admissão em empregos federais e estaduais e, mais tarde, com a proibição da existência de Tiros de Guerra em localidade que sediasse organização militar, dirigindo-os para o interior do País, municipalizando-os, em proveito das populações rurais. Em que pese as distorções apontadas, o objetivo fundamental da reforma estabelecida fora claramente alcançado: a formação de uma Reserva, em condições, mesmo precárias, de atender a uma mobilização geral, em caso de necessidade.

A denominação das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros estaduais, através de convênios, como Forças Auxiliares, em

1917, e da Guarda Nacional como "Tropa de 2ª Linha do Exército", no ano seguinte, definiu, pela primeira vez, que todas as forças constituintes do poder militar da Nação estavam sob o controle do Exército, fato que foi ressaltado, com propriedade, pelo Marechal Caetano de Faria, convicto de haver vencido um verdadeiro desafio.

O Dr. João de Pandiá Calógeras (1870-1934), que foi o único Ministro da Guerra civil que a História registra na fase republicana, deu continuidade à renovação indispensável ao fortalecimento do Exército. A sua ação esclarecida, em período conturbado politicamente (1919-1922), é elogiada pelos estudiosos da evolução histórico-militar brasileira e reconhecida por todos a sua conduta exemplar em busca da solução justa para os mais variados problemas a serem ultrapassados. No setor administrativo, deixou a sua marca através dos famosos e eficientes "quartéis calógeras", pois o Dr. Calógeras construiu meia centena deles e ampliou ou reformou outro tanto, realizando a presença física da Força Terrestre em, praticamente, cada uma das então províncias. Na administração de pessoal, duplicou o efetivo para 50.000 homens⁷ e tomou cuidados especiais com os analfabetos e os filhos de imigrantes que não falavam o português.

O contingente incorporado retratava a dura realidade da sociedade brasileira; entretanto, apresentava padrões nitidamente superiores aos da época da profissionalização e rejuvenescera a tropa. O serviço militar obrigatório trouxera consigo a amenização do código disciplinar, sendo suprimidos os castigos físicos, pois era inadmissível submeter a eles os jovens sorteados.

7 Mesmo assim, apenas 0,2% da população nacional.

As reformas castrenses introduzidas, o fervor revolucionário da oficialidade jovem, conhecido como "tenentismo", a extinção da Guarda Nacional, no final da década de 20, e o enquadramento legal das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros, na de 30, reforçaram a União e, ao solidificar o Governo Federal, deram-lhe condições de substituir a República Velha.

nômico e de agitação política e social, exigia muito mais esforço e redobrada criatividade.

"Ao eclodir a Primeira Grande Guerra, a munição provinha unicamente da Europa e foi sustado o fluxo do seu fornecimento."

Foi dada a máxima prioridade à proteção do litoral, particularmente à defesa da vulnerável capital do País, situada na Baía de Guanabara, o que se obteve razoavelmente, com a instalação de fortalezas guarnecidas por canhões de grosso calibre: a valorosa Artilharia de Costa. Mas não bastava. Juntamente com a Diretoria de Saúde, foram criadas a Diretoria de Material Bélico, em 1915, destinada a executar as diretrizes ministeriais quanto à produção e à manutenção de armamento e munição, e a Fábrica de Itajubá, além de outras fábricas de pólvora e cápsulas, e fundados diversos arsenais.

Encaminhada judiciosamente a batalha dos explosivos, incontinenti iniciou-se a do armamento.

O Exército chegara a possuir, no início do século, uma fundição de aço, que produzia de 3 a 4 toneladas diárias, e tinha consciência de que a produção de armamentos começava pela indústria pesada própria, tornando imprescindível a existência de uma usina siderúrgica integrada por técnicos e operários brasileiros.

O início das atividades industriais em nosso País ocorreu em 1762, através da Casa do Trem, depois Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. A Fábrica de Pólvora, estabelecida em 1808, às margens da Lagoa Rodrigo de

O MATERIAL BÉLICO

Ao eclodir a Primeira Grande Guerra, a munição provinha unicamente da Europa e, evidentemente, foi sustado o fluxo do seu fornecimento. O problema era grave e foi enfrentado com pragmatismo: inicialmente, diversificando os fornecedores, foi enviada a primeira missão militar brasileira aos Estados Unidos. Se bem que o Exército não dispusesse de *know-how* e fosse carente de tecnologia e de mão-de-obra especializada, perseverava em tornar-se auto-suficiente em matéria de munições, no mínimo, as de Infantaria.

Em 1890, a fábrica de pólvora protótipo, localizada em Realengo, subúrbio carioca, explodiu, comprometendo todo o estafante trabalho iniciado no Império, visando a restringir a dependência externa. Esse acidente retardou todo o processo de substituição de importações, mas os trabalhos de reconstrução foram iniciados de imediato e, em 1909, foi inaugurada uma nova fábrica, a de Piquete, ampliando as condições internas de conquista de tecnologia autônoma.

Eram apenas os primeiros passos. A modernização do Exército Brasileiro, inserido em um contexto de subdesenvolvimento eco-

Freitas, na Cidade do Rio de Janeiro,⁸ foi a precursora da genuína indústria nacional.

Assegura Pondé que "...o Tratado de Comércio, assinado em 1812, entre Portugal e a Inglaterra, determinando, para as mercadorias britânicas, um pagamento na Alfândega de, no máximo, 15% ad valorem, incrementou bastante a importação brasileira de produtos ingleses, tais como casimiras, louças, queijos, manteiga e tecidos. Esse Tratado, que vigorou até 1844, garroteou o Brasil e o conservou com sua estrutura orientada, em quase 1 século, para exportar matérias-primas e gêneros alimentícios. O Brasil não acompanharia o surto de industrialização que se processou em outras nações, sobretudo na segunda metade do século XIX, quando o País dispunha apenas de 50 empresas industriais, incluindo-se nelas suas ainda precaríssimas salinas. No fim do século XIX, apesar das iniciativas de Mauá, conseguiríamos atingir, no máximo, 636 indústrias".

Em 1928, foi criada a Escola de Engenharia, hoje conhecida como Instituto Militar de Engenharia. Nesse conceituado estabelecimento de ensino foram formadas as primeiras turmas de engenheiros metalúrgicos brasileiros, que iriam semear a indústria siderúrgica nacional. Logo após, em 1931, cumprindo diretrizes do Presidente da República, o Ministro da Guerra constituía a Comissão Nacional do Aço, composta por civis e militares, a qual traçou a política brasileira nesse setor de economia, vindo a desguardar na Campanha Siderúrgica

Nacional (1943). Iniciava-se, assim, o grande diálogo entre o empresariado nacional, ainda incipiente, e as Forças Armadas, assegurando o sistema econômico vigente em nosso País, reafirmado, depois, através de sólido relacionamento estabelecido pela Escola Superior de Guerra, a partir de 1949. A convergência dos interesses de segurança nacional representados pelo Exército Brasileiro com o setor empresarial nativo, resultou na estatização da indústria metalúrgica, em oposição ao ingresso de capital estrangeiro na produção do insumo fundamental para a manufatura de armamentos: o aço.

"No IME foram formadas as primeiras turmas de engenheiros metalúrgicos brasileiros que iriam semear a indústria siderúrgica nacional."

A Companhia Siderúrgica Nacional (Volta Redonda, RJ) assinalou a entrada de nosso País no século XX. Sem dúvida, é o marco da afirmação da competência do povo brasileiro em gerir seu próprio destino e forjar seu futuro com as próprias mãos. Ao lado da implementação da estrada-de-ferro eletrificada da Central do Brasil, da organização da Fábrica Nacional de Motores — produzindo máquinas pesadas e modernas, caminhões e tratores, além de pequenos aviões, os inesquecíveis *teco-tecos* — e da introdução da Rádio Nacional, principal geratriz do desenvolvimento artístico e cultural da Nação,

⁸ Depois transferida para Estrela, RJ.

que assim ingressava na esfuziante era do *broadcasting* e da explosão dos meios de comunicação social.

Entretantes, o Governo brasileiro continuava na incessante luta em busca da aquisição de armamentos: acordou com a Alemanha a troca de alimentos por canhões *Krupp* (1938), adquiriu carros-de-combate franceses e aviões norte-americanos e, finalmente, criou o Ministério da Aeronáutica (1941). Entretanto, apenas com a intervenção na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), em 1943, e com os tratados assinados com os Estados Unidos, concedendo a instalação temporária de bases aéreas e navais em pontos estratégicos da costa atlântica, o Brasil teve acesso efetivo aos armamentos e equipamentos modernos.

A destemida ação da nossa FEB, no teatro-de-operações europeu, foi o fato gerador da modernização da Força Terrestre, através de um processo célere e contínuo: as atividades castrenses, desde a tática, e a logística, à provisão de material de Intendência, passando pelas viaturas blindadas, técnicas e materiais de Artilharias, de Engenharia e de Comunicações, tudo sendo equacionado e desenvolvido com método e dinamismo. A FEB teve, acima de tudo, a faculdade de contagiar o Exército com seu espírito jovem, inovador, autêntico, que remodelou sua estrutura organizacional e o adiestramento básico e impulsionou seu progresso material e doutrinário.

NOVOS ENSINAMENTOS

A inauguração de Brasília materializou a interiorização do Brasil, iniciada com a criação da Fundação Brasil Central, fazendo-

o voltar-se para o estreito relacionamento com os seus vizinhos da América do Sul e redirecionando a sua estratégia global, tornou-o um país continental, evoluindo da antiga tradição herdada de Portugal e fundamentada no imenso litoral de 8 mil quilômetros. Além disso, as fronteiras terrestres representam mais do dobro da sua costa marítima. A Revolução de 31 de março desenvolveu o poder de combate das Forças Armadas, em virtude do surgimento de facções guerrilheiras contestatórias; o *inimigo interno*. Estabelecido o combate e verificada a derrota da subversão, houve a confirmação da mudança assinalada, fato consolidado, mais tarde, pela oportuna decisão presidencial sobre a política nuclear independente.

“Mudar o sistema de recrutamento representaria mudar a mentalidade nacional, e projetá-lo para o futuro requer o entendimento do passado.”

Os anos de 1959 e 1977 são datas marcantes para o Exército. No primeiro, iniciou-se a formação de oficiais pertencentes ao Quadro de Material Bélico, na Academia Militar das Agulhas Negras, dando início à especialização da oficialidade, no mesmo nível das Armas e do Serviço de Intendência. No segundo, houve a denúncia unilateral brasileira do tratado de assistência militar norte-americana, deixando claro que, dali para frente, o Exército Brasileiro seria equipado com material bélico preferencialmente de origem nacional e empregaria doutrina autônoma. Os frutos já estão sendo colhidos: a tropa mecanizada está dotada com esse material e o Brasil é considerado, nos dias de

hoje, como um dos principais produtores de carros blindados (*Urutu e Cascavel*) comparáveis aos melhores existentes em exércitos de países mais desenvolvidos, utilizando capital e técnica exclusivamente nacionais.

Não obstante, a busca do aprimoramento é permanente. Reduzido, como vimos, o problema do armamento e da munição à disponibilidade ou não de recursos financeiros, em face da aquisição de tecnologia nacional, montado e desenvolvido o sistema de ensino e de pesquisa (doutrina própria), surgiu um fato novo que exige a reflexão e o estudo de todos os interessados pelo assunto: os ensinamentos a serem assimilados com o desfecho do recente conflito das Malvinas, estratégico guardião geográfico do Estreito de Magalhães que, juntamente com Gibraltar, Panamá, Suez, Cingapura, etc, constitui área de passagem obrigatória, cujo controle é considerado vital pelas grandes potências aliadas que, por todo este século, comungam os mesmos interesses: Estados Unidos da América e Grã-Bretanha.

Senão vejamos: deflagradas as hostilidades no terreno, os britânicos derrotaram os argentinos em curto prazo, fulminantemente. Alguns analistas consideraram que a incapacidade argentina em oferecer combate ao inimigo foi devida a uma razão excludente: os soldados de Sua Majestade Britânica eram profissionais e os argentinos, recrutas, portanto, sem condições psicológicas para o confronto armado.

Sem dúvida, esse foi um fator preponderante, mas não o único. Haja vista que princípios doutrinários básicos foram descumpridos pelos defensores, tais como:

- a flagrante escassez e obsolescência do material utilizado, em contraposição ao elenco de material sofisticado empregado por seus adversários;

- a tática excessivamente defensiva, aferrando-se em torno de Port Stanley onde tentavam resistir, mas entregando o canal e o terreno à frente, quase sem luta, ao inimigo. A progressão do pequeno efetivo inglês, desde o local de desembarque, foi, praticamente, um desfile militar;

- as posições defensivas não foram escalonadas sucessivamente até a última linha de defesa, nem mobiliadas para durar na ação;

- não foram levantadas todas as hipóteses sobre as linhas-de-ação opostas, sendo desprezada a via de acesso utilizada pelos ingleses;

- a defesa não foi organizada em profundidade e em todas as direções, barrando a totalidade das vias de acesso;

- emprego de equipamento e armamento incompatíveis àquela zona-de-ação, de características especialíssimas;

- inexistência de blindados, para as ações dinâmicas de defesa.

A supremacia aérea dos atacantes dificultava enormemente a fortificação de terreno e a concentração de efetivos expressivos em zonas de reunião (Z Reu) e a topografia favorecia as ações ofensivas; particularmente, a inexistência de cursos de água (onde apoiar os limites avançados das áreas de defesa?) e de bosques, ou, mesmo, de simples árvores, para cobertas e proteção das tropas em Z Reu. Isso posto, o combate noturno tinha que prevalecer — principalmente os contra-ataques — enquanto seria procurada a superioridade aérea local, durante as horas de luz.

Acrescente-se que a tropa argentina era composta de recrutas bisonhos, oriundos de áreas do interior, pois o alto comando militar tentava evitar protestos públicos de parentes dos soldados, no caso deles serem recrutados na região de Buenos Aires.

Parece claro que a Argentina julgou que a Inglaterra não chegaria ao ponto da invasão em força, deixando a impressão de que a sua tropa expedicionária tinha por missão, apenas, apossar-se dos acidentes capitais da ilha, tendo por fim lograr condições favoráveis à negociação bilateral. Acreditou, também, na solução diplomática da questão, descrendo, por outro lado, que os Estados Unidos dariam apoio logístico ostensivo e decisivo à Inglaterra, como, na verdade, aconteceu.

Desse modo, vemos que a responsabilidade da derrota não cabe, exclusivamente, ao conscrito, pois sabemos que, quando empregado adequadamente, ele é capaz de conquistar expressivas vitórias. Foi com recrutas que os Estados Unidos intervieram vitoriosamente em duas guerras mundiais; com recrutas os alemães conquistaram a Europa e os soviéticos defenderam Stalingrado; e foi com recrutas que a FEB cobriu-se de glórias, na Itália.

CONSCRIÇÃO OU VOLUNTARIADO?

Não restam dúvidas que o emprego de tropa experiente e profissional é desejável e essa possibilidade é plenamente atingível quando se trata de pequenos efetivos. Na guerra ora referida, se a brigada de Infantaria argentina fosse constituída por elementos veteranos, o seu nível operacional seria aumentado. Entretanto, o deficiente poder de combate permaneceria comprometendo o êxito das operações.

Sabidamente, o grau de operacionalidade da Força Terrestre é o resultante dos seguintes fatores: pessoal, material (com ênfase no binômio armamento — munição), adestra-

mento (doutrina) e estrutura organizacional. Essas condicionantes têm peso específico semelhante; entretanto, as duas primeiras são vitais: é óbvio que o homem é o vetor essencial para que a tropa exista fisicamente e, munido de sua arma, concretize a Força. Ele é o único parâmetro constante nessa equação, enquanto os demais variam de acordo com os progressos tecnológico e intelectual da sociedade que os abrange. É notório que pequenos grupos de guerrilheiros derrotaram efetivos superiores de tropa convencional, contando com pouca disponibilidade de material, tornando lícito concluir que o homem, por intermédio dos condicionamentos físico e mental, desde que armado, prepondera sobre os demais fatores da operacionalidade. Entretanto, esses últimos não devem ser minimizados e para que se tenha uma força armada organizada é imprescindível a existência harmoniosa dos quatro fatores, colocados sob uma ação de comando única e capaz.

O nosso Exército, aprimorando-se ao longo do tempo, abordou simultânea e criteriosamente as componentes apresentadas. A estrutura organizacional da Força Terrestre foi edificada, muitas vezes, utilizando os ensinamentos adquiridos em lutas e combates internos e externos; outras, por simples intuição; outras, ainda, buscando aperfeiçoar-se valendo-se de seus próprios esforços ou da experiência alheia, sendo, hoje, considerada uma tropa operacional.

Sabe-se que entre os três tipos de soldado — mercenário, conscrito e voluntário — o último apresenta melhor grau de combatividade, eis que está exercendo determinado papel por ele mesmo escolhido. É o que acontece atualmente no Exército. O efetivo do elemento variável é preenchido por pessoal essencialmente voluntário, embora, aparentemente, o sistema de recrutamento seja forçado.

O serviço militar obrigatório, no Brasil mobiliza, anualmente, um contingente aproximado de 2.000.000 de jovens alistados de 18 anos de idade, dos quais pouco mais de 100.000 são incorporados, pelo prazo de 10 meses. Ao verificarem praça, são-lhes ministradas instruções essencialmente voltadas para a formação do combatente e, findo o período, o sistema é realimentado com a transformação do soldado em reservista e a convocação de novos conscritos. Há acentuado desgaste de material, manipulado, sucessivamente, por pessoas inexperientes, e a tropa só está em condições de emprego após a conclusão do seu adestramento avançado, logo após o que, passa para a Reserva. Essa deficiência é amenizada pela organização de 2 grupamentos de recrutas que assentam praça em datas diferentes; mas, ocorrem ocasiões em que o efetivo disponível é mínimo.

Grandes Unidades especializadas — pára-quedistas, artilharia antiaérea, unidades-escola, blindados etc — poderiam possuir, como parte de seu efetivo, tropa voluntária, no valor máximo de batalhão. Parece-nos contraproducente manter subunidades enquadradas por batalhões, grupos ou regimentos integradas por profissionais, pois, a heterogeneidade do adestramento entre frações de uma mesma Unidade, refletiria negativamente no relacionamento diário e diversificaria as metas a cumprir, ao término do ano de instrução.

A existência de tropa valor batalhão, composta de profissionais, remediaria a questão do emprego imediato de pequenos efetivos, em qualquer época do ano, mas teria que ter definido o tempo de engajamento, o tipo de adestramento (constante e distribuído por todo o ano civil, impedindo, assim, a ociosidade) o período de férias, o soldo, o quantitativo das etapas e os problemas das promoções e movimentações.

Seria de transcendental importância evitar a solução de continuidade nas amistosas relações existentes entre o Exército e a população civil menos favorecida — que o admira e aplaude. Haja vista que os reservistas brasileiros guardam boas recordações do seu tempo na caserna e sabem que seus filhos poderão, também, ser chamados para “servir no quartel”, mantendo, permanentemente, o contato físico e a empatia.

“O Serviço Militar Obrigatório mobiliza anualmente, no Brasil, um contingente aproximado de 2.000.000 de jovens alistados, dos quais pouco mais de 100.000 são alistados.”

Outra linha-de-ação para profissionalizar o Exército seria a desobrigatoriedade do serviço militar e a adoção do voluntariado que proporcionasse o aumento do núcleo-base acima dos atuais 30%, com a consequente redução do elemento variável, e/ou limitar a ampliação do tempo de serviço às Qualificações Militares de difícil formação.

Seja como for, a linha-de-ação eleita visaria, unicamente, à operacionalidade da Força Terrestre, e não a minorar eventuais problemas sociais como, por exemplo, o desemprego e a manutenção da segurança pública.

Em qualquer caso, deve ser lembrado que o Exército era profissionalizado, em passado recente, e que esse sistema de prestação do serviço militar não funcionou a contento, conquanto as condições do País fossem significativamente diferentes das atuais. Mudar o sistema representaria mudar a mentalidade nacional, e projetá-lo para o futuro requer o entendimento do passado. □

BIBLIOGRAFIA

- BELLO, José Maria. *História da República (1889-1954)*. São Paulo, 1964.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira*. Editora Forense — Universitária, Rio de Janeiro, 1976.
- DOCUMENTOS (relatórios, decretos, alvarás, portarias, ordens do dia, etc) existentes no Estado Maior do Exército, Centro de Documentação do Exército (Seção de Histórico de Organizações Militares e Banco de Dados), Biblioteca do Exército e Arquivo do Exército.
- ESCOLA DE COMANDO e ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Guerras Insurrecionais no Brasil (Canudos e Contestado)*. Imprensa do Exército, Rio de Janeiro, 1968.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. *Sistema de Acompanhamento da Operacionalidade da Força Terrestre*. Brasília, DF.
- GUERTNER, Gary. *A Guerra dos 74 Dias: Nova Tecnologia e Velhas Táticas*. In *A Defesa Nacional*, nº 707, maio/junho de 1983.
- McCANN, Frank D. *A Nação Armada*. Editora Guararapes, Recife, 1982.
- MORAES, J. B., Mascarenhas de. *A FEB pelo seu Comandante*. Bibliex, Rio de Janeiro, 1960.
- SENA, Davis Ribeiro de. *As Polícias Militares e sua Destinação Legal*. In *A Defesa Nacional*, nº 689, maio e junho de 1980.
- TORRES, Teodorico Lopes e Gentil. *Ministros da Guerra do Brasil, 1808-1946*. Editora Pongetti, Rio de Janeiro, 1947.

Faça a Sua Revista Conosco!

OFERECEMOS AUTOFINANCIAMENTO PARA SUAS PUBLICAÇÕES. TEMOS EXPERIÊNCIA EM REVISTAS MILITARES, COM MÉTODOS MODERNOS DE DIAGRAMAÇÃO.

CONSULTE-NOS SEM COMPROMISSO PELOS TELEFONES:

(021) 581-2722 / 581-7869 / 281-5822 / 241-0088 - Fax: (021) 241-1265

ENREVISTAS PROD. GRÁF. PUBL. LTDA.

